



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Notas para uma discussão atual sobre o socialismo

Luciano Cavini Martorano

Como citar: MARTORANO, Luciano Cavini. Notas para uma discussão atual sobre o socialismo. *In:* PINHEIRO, Jair (org.). **Marx:** crise e transição: contribuições para o debate hoje. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 75-90. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-597-1.p75-90>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

NOTAS PARA UMA DISCUSSÃO ATUAL SOBRE O SOCIALISMO

Luciano Cavini Martorano

A grande crise capitalista de 2008, iniciada exatamente após o período de implementação das políticas neoliberais, foi acompanhada por uma retomada do interesse pela obra de Karl Marx em particular, e de outros autores marxistas em geral. Diante de suas profundas consequências políticas, econômicas e sociais, afetando diretamente as condições de vida dos trabalhadores por todo o mundo, se desenvolve, de forma mais ampla, o debate sobre as alternativas ao capitalismo, que, mais uma vez, revela seus limites incontornáveis enquanto um modo de produção essencialmente explorador e excludente. Particularmente na América Latina, ao lado de novas experiências de democratização da política e da economia, e mesmo de algumas iniciativas embrionárias de socialização nas cidades e no campo, desenvolve-se a discussão sobre o “socialismo do século XXI”. O objetivo desse artigo é levantar algumas questões relacionadas com o debate teórico sobre o socialismo a partir da análise de Karl Marx e de outros autores marxistas, visando contribuir com essa nova discussão.

Inicialmente, faremos três breves observações relacionadas com o significado possível da nova discussão sobre o socialismo nos dias de hoje, destacando as suas dimensões: (a) conjuntural, (b) histórica, e (c) teórica. Depois, apontaremos três problemas ligados a um eventual desenvolvi-

mento do conceito de socialismo, partindo da problemática sobre a transição socialista esboçada por Etienne Balibar (1970) e Charles Bettelheim (1972), a saber: (i) o problema da socialização econômica, envolvendo a questão crucial da separação entre o produtor direto e os meios de produção; (ii) o da socialização política, apresentado pelo desafio do controle sobre a burocracia de Estado e a superação do burocratismo; (iii) e o da representação política no socialismo, tomando como referência a análise do sistema de conselhos e do sistema partidário.

- a) A história do movimento operário e a do próprio marxismo mostra que a discussão sobre uma sociedade alternativa à sociedade capitalista mantém uma complexa relação com a *conjuntura política* na qual ela se insere, e que os seus resultados influenciam, em maior ou menor grau, a elaboração de programas, de estratégias e mesmo de táticas da luta anti-capitalista. Apenas para dar um exemplo: como se sabe, o termo “ditadura do proletariado” conheceu na obra do próprio Marx um longo hiato de mais de vinte anos, iniciando-se com o período imediatamente posterior às revoluções de 1848 (ver *A luta de classe na França 1848 até 1850*), até a Comuna de Paris em 1871 (ver *A guerra civil em França*). Sem poder entrar aqui na análise sobre a natureza e as formas da relação entre o debate envolvendo o socialismo e seus efeitos sobre a conjuntura política - que se insere no quadro mais geral da polémica sobre a relação entre teoria e prática não apenas no interior do marxismo, como também das Ciências Sociais em geral -, a existência desse hiato nos chama a atenção para o fato de que os próprios temas privilegiados ou preteridos por pesquisadores, ativistas dos movimentos sociais, militantes políticos, etc., sem falar daqueles escolhidos pela mídia em geral, são influenciados, de alguma maneira, pelo contexto político-ideológico mais imediato no qual se insere ¹.

Porém, especialmente para uma teoria como a marxista e para os movimentos sociais e políticos nela inspirados, é preciso reconhecer a

¹ No caso específico da Ciência Política, esse fato foi recentemente destacado por Joachim Hirsch ao analisar o tema da teoria do Estado capitalista: “o modo como a teoria se ocupa do tema do Estado depende das conjunturas políticas, dos movimentos sociais e da correlação de forças.” (HIRSCH, 2005, p. 14) A nosso ver, a aceitação dessa tese não necessariamente implica na negação da especificidade do trabalho teórico, enquanto uma prática própria e possuidora de dinâmica particular no interior do conjunto da atividade social. Quanto ao significado da elaboração marxiana sobre o termo ditadura do proletariado nos dois períodos acima mencionados, pode-se consultar o ensaio de Etienne Balibar (1974, p. 65-ss)..

possibilidade da ação de retorno exercida pela elaboração conceitual sobre a prática dos agentes sociais empenhados na luta pela transformação da sociedade. Com isso, queremos sugerir que uma eventual retomada da discussão teórica sobre o socialismo nesse início do século XXI, poderia influenciar as lutas e os movimentos anti-capitalistas da atualidade, ajudando na elaboração e na implementação de programas, estratégias e táticas solidamente apoiados na teoria marxista e na experiência do movimento operário e socialista, além de contribuir para a emergência de novas práticas políticas condizentes com os desafios de hoje. Do contrário, há o risco da repetição de erros e equívocos teóricos e práticos já conhecidos, que podem comprometer decisivamente o desfecho das lutas em curso.

Afirmamos retomada da discussão sobre o socialismo não porque ela tivesse deixado de se realizar sob alguma forma nas últimas décadas, mas no sentido de que especialmente após a queda do Muro de Berlim em 1989, o fim da antiga União Soviética em 1991, e a posterior ofensiva neoliberal, na prática, ela deixou de ter maior relevância para setores mais amplos da população, e não apenas para pequenos grupos e organizações socialistas. Além disso, o alcance e a profundidade dessa eventual retomada ainda não podem ser estabelecidos, pois os seus sinais, embora importantes, são incipientes.

- b) De forma bastante concisa, podemos afirmar que há muito trabalho de *análise histórica* a ser feito com base na bibliografia dedicada às tentativas de transição socialista iniciadas com a Revolução Soviética de 1917. Ela oferece um rico material de experiências positivas e negativas (erros, insuficiências, limites, etc.), algumas das quais podem ser melhor avaliadas agora com o acesso a novos arquivos, até então indisponíveis para os pesquisadores. Tal empreitada contribuiria bastante para uma melhor elaboração sobre duas categorias teóricas distintas fundamentais para o entendimento da transição socialista: a da estatização e a da socialização. E, conseqüentemente, para o aprofundamento dos conceitos de capitalismo de Estado e o de socialismo, que, não por acaso, ressurgem de forma indistinta nas atuais discussões sobre China e Cuba.

É preciso lembrar que esse esforço de conceitualização já tem a sua própria história, bastando mencionar aqui as indicações feitas por

Engels (como em o “*Anti-Dühring*”, escrito de 1876 a 1878), passando por Lenin, chegando às obras de Anton Pannekoek (especialmente em *Los Consejos Obreros*, 1977) e de Karl Korsch (1968 e 1969), até adquirir maior elaboração nos trabalhos de Charles Betelheim (1971, 1972 e 1979). Mas a análise histórica, apoiada em uma construção teórica mais desenvolvida, sobre o capitalismo de Estado na antiga URSS, na China, nos países do Leste Europeu e em Cuba, está longe de ter sido concluída. Como vários autores constataram, há uma lacuna, também de natureza sociológica, envolvendo especialmente a pesquisa sobre o fenômeno do surgimento e fortalecimento da chamada burguesia estatal. Tal lacuna revela, por outro lado, as consequências da instrumentalização da teoria marxista para fins exclusivamente conjunturais e políticos, em geral subordinada às necessidades mais imediatas de partidos e governos que se reclamavam socialistas ou comunistas.

Caso a formulação teórica sobre o capitalismo de Estado e sobre o socialismo seja retomada e desenvolvida, talvez se possa precisar melhor o porque da impropriedade do uso de termos como “socialismo realmente existente”, ou “socialismo de Estado”, para se definir não apenas a natureza de formações sociais que iniciaram a transição socialista ao longo do século passado, e logo depois foram derrotadas. Sem entrar aqui em maiores detalhes sobre essas expressões, notamos o erro de qualificar como socialistas formações sociais que, mesmo após a vitória de revoluções inspiradas por programas socialistas, não conseguiram ultrapassar o desafio posterior: o da passagem da estatização dos meios de produção para a sua socialização, sem o que, como veremos, não pode haver socialismo. Além disso, (1) a ideia de um “socialismo realmente existente” produz uma problemática ruptura entre a teoria e a prática marxistas, contribuindo, entre outras coisas, para o reforço da opinião tão amplamente difundida de que “o socialismo pode ser bom na teoria, mas na prática está condenado ao fracasso”. E, (2) a noção de “socialismo de Estado” negligencia a tese de que o Estado socialista seria um semi-Estado ao possibilitar a participação do conjunto dos trabalhadores na administração do Estado, contribuindo para o início da superação da diferença entre estes e os funcionários de Estado. Ver as primeiras indicações sobre isso em Engels (1960, p. 347-s), e Lenin (1983).

Paradoxalmente, a ideia de “socialismo de Estado” parece estar mais próxima das *representações* sobre o socialismo feitas por Stalin (1941), pois associa diretamente o socialismo com o Estado em geral, sugerindo, implicitamente, que o seu papel teria primazia em relação a ação autônoma dos trabalhadores durante o processo de superação do capitalismo. E que ele não sofreria mudanças substanciais enquanto aparelho especializado separado do conjunto da população. Em suma, caso se atenha a tese de que o Estado socialista é um semi-Estado, a noção de “socialismo de Estado” pode ser vista, no limite, como uma contradição entre termos.

- c) A nossa terceira observação inicial refere-se à relação entre o debate sobre o socialismo e a teoria propriamente dita.

Aqui, vale a pena citar o que Marx e Engels (1975, p. 226) afirmaram em *A Ideologia Alemã* :

Para nós, o comunismo não é um *estado de coisas* a ser estabelecido, um *ideal* para o qual a realidade [terá] que se voltar. Nós denominamos comunismo o movimento *real* que supera a situação atual. As condições desse movimento resultam dos pressupostos existentes agora.

Com isso, eles davam um passo importante para a fundamentação teórica do socialismo e do comunismo, afastando-se das concepções utópicas que se limitavam em formular projetos de uma sociedade futura, desvinculados da sociedade existente e sua dinâmica própria. Mas além disso, ao falarem de sua superação *futura* pelo movimento de pré-condições já dadas, eles indicam que a análise teórica do socialismo, como transição ao comunismo, se apoia em um esforço de delineamento de tendências em operação na realidade atual que apontam para uma condição ainda não existente, porém possível mais a frente. Naturalmente, a operação teórica dessa indicação envolve riscos de grande monta, não poupando nem mesmo os marxistas de incorrerem em exercícios de futurologia rapidamente desautorizados pelos fatos históricos, especialmente relacionados com a postulação do fim do capitalismo.

Em suma, queremos sublinhar a pertinência epistemológica da função prospectiva da teoria marxista, em condições não apenas de realizar a crítica do capitalismo, como também de apontar possíveis desenvolvi-

mentos com base na análise de fenômenos já em operação tanto na economia, como na política, etc.

O que aliás não é propriamente uma característica exclusiva da teoria marxista. O cientista político C.B. Macpherson assinalou que as Ciências Sociais em geral, poderia buscar

explicar não apenas a realidade subjacente às relações vigentes ou passadas entre seres humanos dotados de vontade e influenciados historicamente, mas também a probabilidade ou possibilidade de futuras mudanças naquelas relações. Pela escolha de linhas principais de mudança, e características aparentemente imutáveis, do homem e da sociedade até o presente, podem tentar discernir forças de mudança, e limites de mudança, que devem operar no futuro. (MacPHERSON, 1978, p. 11).

Sem entrar aqui na polêmica questão de atribuir-se ao socialismo o estatuto de programa, modelo, realidade histórica ou não – que, de todo modo, pressupõe uma definição inicial do que ele seja -, pode-se afirmar que a fundamentação do socialismo se dá com base na análise da história e das tendências presentes no movimento atual, incluindo a tentativa de especificação de seus prováveis desdobramentos, em um esforço permanente e aberto de construção teórica. Porém, sem imaginar que toda a sua solução dependa apenas da teoria, desvinculada de uma nova prática política e de novas tentativas práticas de socialização política, econômica, cultural, etc.

1 O PROBLEMA DA SOCIALIZAÇÃO ECONÔMICA

Um desafio crucial da transição socialista é o da superação da separação existente entre o produtor direto e os meios de produção, sem a qual torna-se impensável o surgimento da “livre associação dos produtores diretos”, apontada por Marx. Para isso é necessário que a análise sobre a transição resgate o estatuto do conceito de relações de produção em toda a sua dimensão e com todas as suas implicações, o que havia sido negligenciado em favor do conceito de forças produtivas especialmente nos trabalhos de Stalin e do marxismo soviético.

O mérito particular de autores como Étienne Balibar (1970) e de Charles Betelheim (1972) ao abordarem essa questão, foi articular o enfo-

que apoiado nas relações de produção, como relações fundantes das demais relações econômicas e políticas, com a investigação sobre o papel das forças produtivas e, principalmente, com o papel específico do Estado e do direito. Desse modo, puderam propor uma análise, na qual tanto a estrutura econômica, como a superestrutura jurídico-política revelam suas particularidades, potencialidades e limites. Reconhecendo os elementos constitutivos da economia e da política em sua complexa interrelação durante a transição, desvinculando-se da tradição que privilegiava a primeira esfera.

Da problemática original destes dois autores franceses, destacamos aqui a questão de sua *morfologia*. Ao analisar, sobretudo, a transição do modo de produção feudal ao modo de produção capitalista, Balibar (1970, p. 94-ss.) indica a presença de três componentes morfológicos:

1. uma primeira não-correspondência no interior da estrutura econômica entre a relação de propriedade e a relação de apropriação real, que se manifesta na separação entre os trabalhadores e os meios de produção. No caso da transição socialista, além da estatização jurídica dos meios de produção - condição necessária mas insuficiente para a revolucionarização das relações de produção capitalistas -, esta não-correspondência revela que o produtor direto não detém o domínio sobre a produção e a distribuição, que são dirigidas por outros agentes sociais;
2. uma segunda não-correspondência envolvendo duas instâncias regionais da estrutura social total: a estrutura jurídico-política (o Estado e o direito) se antecipa em relação a estrutura econômica, em decorrência da conquista do poder político pela classe trabalhadora na revolução, assinalando o início da transição;
3. essas duas não-correspondências seriam a manifestação da articulação de diferentes modos de produção em determinada formação econômico-social.

Nos limites desse artigo, nos atemos a comentar o primeiro componente dessa morfologia, buscando contribuir para a formulação mais precisa da diferença existente entre a *forma* e o *conteúdo* das relações de produção na transição socialista. Como já indicado, a estatização dos meios de produção representa a transferência da sua titularidade jurídica: a propriedade deixa de ser privada e passa a ser estatal. Essa medida em si mesma, ainda que necessária para se pensar o início da transição, tem uma

dimensão original puramente jurídica, limitada à esfera do direito, como já havia indicado Lenin logo após a revolução soviética. Ela envolve a relação *jurídica* de propriedade, que embora seja um aspecto do problema em foco, não é o mais importante.

O segundo aspecto é a relação de propriedade presente no processo social de produção em sua dimensão econômica. É essa relação que define a “utilização”, o “uso” dos meios de produção para determinados fins, garantindo a coordenação e a direção do processo de trabalho por alguns agentes, e não por outros. Tal função é, na maioria das vezes, realizada pelos representantes dos titulares jurídicos dos meios de produção, e não por eles próprios. A sua mudança só pode ser concretizada com a alteração dos agentes que dirigem o processo produtivo: ela passa dos especialistas e técnicos burgueses para os próprios operários. Também a relação *econômica* de propriedade ainda é uma ação *exterior* sobre os meios de produção, já que envolve apenas a definição sobre o seu uso.

Isso posto, podemos afirmar que na transição socialista primeiro muda a *forma* das relações de produção e só depois o seu *conteúdo*. Mas, a forma não está dissociada de seu conteúdo. A mudança da relação *jurídica* de propriedade não ocasiona nenhuma mudança na forma das relações de produção, pois o simples surgimento da propriedade estatal, por si só, não altera o conjunto do processo de organização do trabalho social. Se lembrarmos que, segundo Marx, a forma é sempre uma relação, podemos pensar que a nova forma só pode se estabelecer na transição com a alteração interna do processo de produção. Isto é, a forma socialista só se instaura com a mudança da relação *econômica* de propriedade, nos termos acima apontados; quando os próprios trabalhadores passarem a dirigir a utilização dos meios de produção. Até esse momento há, em alguma medida, a permanência da divisão capitalista do trabalho, não sendo suficiente apenas agregar à propriedade estatal o adjetivo socialista para que ela seja eliminada.

Mas o núcleo das relações de produção é constituído pela capacidade dos agentes sociais de colocarem em funcionamento os meios de produção, conforme a definição de “relação de apropriação real” de Balibar, ou de “posse” de Betelheim. Essa ação envolve o *interior* dos meios de produção. Tal capacidade é dominada no modo capitalista de produção apenas por determinados agentes – os especialistas -, e passa a ser objeto de

apropriação pelo conjunto dos trabalhadores desde o começo da transição. É ela que confere o *conteúdo* às novas relações de produção, e constitui a sua dimensão mais importante e decisiva. A capacidade de fazer funcionar os meios de produção possui um sentido amplo, implicando não apenas na transformação dos antigos meios de produção, mas principalmente na possibilidade de se conceber e criar novos instrumentos de trabalho como obra do produtor direto. Assim, enquanto o próprio produtor direto não puder fazer isso, esses instrumentos serão criados por outros agentes, reiterando-se a típica separação capitalista que lhe reserva a função de mero executor de tarefas.

A transformação e a criação de meios de produção pelos trabalhadores pode ser vista como a expressão do surgimento de forças produtivas socialistas que materializam as novas relações de produção. Enquanto elas não surgirem, o *conteúdo* das relações de produção não é modificado. Isso não implica em nenhum exercício idealista pela invenção de “máquinas socialistas” à margem das relações sociais dominantes, desconsiderando-se o enorme problema representado pelo domínio da técnica e da ciência acumuladas ao longo da história humana. Aqui apenas registramos que a instauração de novas relações de produção, em uma ótica materialista, pressupõe a reorganização do próprio processo social de produção com a dominação dos produtores diretos sobre as condições e os produtos de seu trabalho. Já as forças produtivas socialistas se desenvolveriam a partir de uma nova ligação entre o produtor direto e os meios de produção; e, portanto, com o desenvolvimento multilateral da força de trabalho, incluindo a formação educacional e cultural dos trabalhadores. Admitindo-se o que acaba de ser exposto, pode-se deduzir que a transição socialista não se daria com base no desenvolvimento unilateral das forças produtivas, pois a transformação radical das relações de produção é condição para o aparecimento de novas forças produtivas.²

Dessa maneira, a transformação das relações capitalistas de produção é uma condição essencial para se poder pensar a democracia no socialismo, na medida em que ela só pode ser realizada como obra dos trabalhadores. Como assinalou Joachim Hirsch em sua obra sobre o Estado

² O leitor poderá encontrar esse argumento de forma mais desenvolvida em nosso livro *A burocracia e os desafios da transição socialista* (2002).

capitalista: “Por isso, é impossível transformar substancialmente essas relações de produção por meio do Estado.” (HIRSCH, 2005, p. 26). E nós acrescentamos que elas não podem tampouco ser transformadas por meio da ação do Estado socialista, pois para isso é indispensável a intervenção dos próprios trabalhadores na condição de produtores diretos. Na permanência delas, estaremos tanto diante da separação entre o produtor direto e os meios de produção, como também da reprodução das formas mercantis, inclusive do trabalho assalariado, ainda que sob o manto da propriedade estatal - o que seria a base fundamental para a formação de uma nova burguesia de Estado. Em outras palavras, no lugar de socialismo teríamos capitalismo de Estado. Capitalismo de Estado que poderia gerar uma dupla subordinação para os trabalhadores: 1) a submissão econômica apoiada na gestão da produção por especialistas na condição de funcionários do Estado, 2) a sujeição política frente a um aparelho de Estado que através de sua política privilegia os interesses da nova burguesia, ainda que seja apresentada com o adjetivo socialista. Sinteticamente, sem o contínuo desenvolvimento do processo de apropriação real pelos produtores diretos, uma democracia socialista não pode se desenvolver e se consolidar.

2 O PROBLEMA DA SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA: BUROCRACIA E BUROCRATISMO

Até agora predominou no marxismo a tendência em reafirmar o postulado de que ou o socialismo é democrático, ou então não é socialismo³.

No entanto, de forma abreviada, pode-se afirmar boa parte do marxismo foi e ainda é refém de uma dupla ilusão: (i) a ilusão inicial de que o controle sobre a burocracia seja fácil, e a sua supressão rápida, embora só pudesse ser atingida no comunismo; (ii) e a surgida como reação face ao desencanto provocado pela não realização desta primeira ilusão, segunda a qual o partido comunista, com base no sistema oficial de partido único, poderia, *em nome* dos trabalhadores, controlar os funcionários de Estado

³ Tal fato talvez ajude a explicar a pouca atenção que os pesquisadores desse tema dedicaram a formulações como a de Karl Korsch (1968, p. 54) sobre a possibilidade de restrição provisória da nova democracia, envolvendo exatamente os direitos de participação dos operários na gestão econômica das fábricas. Hipótese que também foi apresentada por Nikolai Bukharin (1974, ver capítulo X), em obra escrita durante o período do “comunismo de guerra” na nascente Rússia soviética. Além de Leon Trotsky, quando defendeu a “militarização do trabalho”. Mas um possível desenvolvimento da teoria política do socialismo, teria que examinar em profundidade o significado e as consequências de tal hipótese.

e dirigir o conjunto da sua atividade. Tal ilusão logo se viu superada pelas consequências da fusão do partido com o Estado, levando ao aumento do aparelho estatal e à ausência de um efetivo controle do partido sobre ele, e, sobretudo, à mudança de função dos soviets e conselhos: de órgãos de representação dos trabalhadores que eram, eles passaram a ser organismos formais desprovidos de qualquer poder efetivo de decisão.

Para a transição socialista, além do problema da burocracia, se coloca o desafio de superação do burocratismo. Resumidamente, conforme Poulantzas (1972, p. 446-459), o burocratismo é um elemento definidor do Estado burguês, apoiando-se em duas grandes regras: a) o recrutamento dos funcionários de Estado é *formalmente* aberto a todas as classes sociais, não existindo interdição de acesso em razão da origem social do candidato – o que vai lhe permitir apresentar-se como representante geral do “povo-nação”, contribuindo para ocultar o seu caráter de classe; b) o recrutamento e a promoção desses funcionários seguem o critério da competência individual, *formal e aparente*, dando origem a uma hierarquia burocrática de competências, com base em um específico domínio do saber e na sua aferição através da realização de concursos ou provas.

É o burocratismo que impõe limites às práticas da burocracia - a camada dos funcionários de Estado independente de sua origem social -, conferindo-lhe uma unidade de ação específica e, ao mesmo tempo, criando interesses políticos próprios, ainda que não necessariamente homogêneos. Se considerarmos que na transição, a partir da estatização dos meios de produção, ocorre uma ampliação na composição da burocracia, já que o conjunto de empregados das unidades estatizadas passa também a ser funcionários do Estado, ainda que com grande diferenciações internas, não é difícil supor que surja, correlatamente, uma tendência de aumento do burocratismo, sobretudo porque a transformação do Estado não pode ser realizada da noite para o dia. Mas se o burocratismo, enquanto padrão de organização interna do aparelho de Estado, é incompatível com o novo Estado – por garantir à burocracia o monopólio do processo de implementação da política de Estado, envolvendo a decisão final sobre a sua aplicação ou não -, surge diante dele um novo e complexo desafio: o de substituir o critério do burocratismo por um novo critério que seja funcional para o socialismo.

Já a partir da Comuna de Paris em 1871 (MARX, 1960), tem início a discussão sobre a mudança de critério no recrutamento e na promoção dos funcionários, introduzindo-se a ideia da representação política de classe. Essa representação política seria medida pela adesão ao programa da Comuna e pela ação prática por sua realização, e não pela declaração formal em favor de um grupo ou partido. Mais tarde, na antiga URSS e na China até a década de 60 do século passado, tal tentativa foi retomada a partir da fórmula prevendo que os funcionários de Estado deveriam possuir ao mesmo tempo duas condições: a de ser “vermelho” e “especialista”. A primeira, ao menos teoricamente, serviria para atestar o compromisso prático dos funcionários com a construção do socialismo, e a segunda contribuiria para a sua escolha de acordo com as mais avançadas exigências do conhecimento necessário ao exercício das funções estatais. Mas tudo isso ocorreu em meio a enormes dificuldades e problemas.

Em suma, o problema do controle da burocracia e o da superação do burocratismo está longe de ter sido resolvido, tanto do ponto-de-vista teórico, como sobretudo do ponto-de-vista prático. Assim, a mera repetição das famosas medidas da Comuna de Paris nos dias de hoje sugeriria a negação ou o negligenciamento dessa questão, que, na verdade, demanda novas experiências práticas de desestatização como um novo campo de provas nas condições atuais. Experiências que poderiam se desenvolver a partir das últimas conquistas da informática, que pode desempenhar um papel bem maior no sentido de favorecer a participação política da maioria da população desde que supere os estreitos limites estabelecidos pela democracia burguesa.

3 O PROBLEMA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: CONSELHOS E PARTIDOS

A tese predominante no interior do marxismo reconhece que a democracia socialista não pode ser imediatamente uma democracia direta, isso significa que a formulação de uma teoria política do socialismo tem que se defrontar com o tema da representação política. Em linhas gerais, a nova democracia pode ser compreendida como sendo o exercício do poder político pela classe operária em uma nova relação com a burocracia estatal, e também com os seus representantes políticos. Tal exercício é impensável

na ausência de conselhos (*soviets*) livremente organizados pelos próprios trabalhadores. Dessa forma, ela ainda se configuraria como a combinação de uma democracia representativa, melhor dito, *democracia delegada*, e o exercício pleno de mecanismos da democracia direta. Ou, para usar os termos de Maurice Duverger empregados em outro contexto, a democracia socialista seria uma *democracia semi-direta*, enquanto “um sistema intermediário entre a democracia indireta e a democracia direta” (DUVERGER, 1962, p. 59) - correlata ao Estado socialista organizado enquanto um *semi-Estado*, compatibilizando a forma de Estado com o regime político.

Apoiando-se em um fato histórico (ou seja, a brevidade das experiências conselhistas mais autênticas nos primórdios da Rússia Soviética, nas Revoluções Húngara e Alemã do mesmo período, e depois na China, com as comunas populares e os comitês revolucionários nas décadas de 50 e 60 do século passado, que foram substituídas por um simulacro de democracia com a existência puramente formal dos conselhos ou soviets ⁴), difundiu-se a ideia de que estes novos organismos, tal como o socialismo, só poderiam ser concebidos teoricamente mas não implementados na prática. Tal argumento representa mais um desafio para o marxismo, exigindo a análise da bibliografia mais recente sobre a representação política, bem como das práticas mais avançadas de democracia surgidas nos movimentos sociais mais recentes, incluindo a chamada democracia digital.

De todo modo, com base em autores como Max Adler, Karl Korsch e Anton Pannekoek, pode-se afirmar que o desenvolvimento e a vitalidade dos conselhos é um dos principais indicadores do avanço na implantação da nova democracia. E, ao contrário, que o seu declínio expressa o início de seu fim com o retorno de formas políticas típicas do capitalismo. Essa ideia pode ser historicamente comprovada a partir da análise das experiências do século XX, verificando-se que quanto mais os conselhos se esvaziavam, mais crescia a força da burocracia estatal e partidária, expressando uma maior apatia política entre os trabalhadores.

Mas se há literatura marxista um conjunto de formulações que contribuem para uma definição do que venha a ser o conselho – órgão de representação típico da democracia socialista -, o mesmo não se pode

⁴ Sobre isso o leitor pode consultar a coletânea *Teoria e prática dos conselhos operários*, Milton Pinheiro e Luciano C. Martorano (2013).

afirmar sobre o tratamento reservado para a organização e a institucionalização do sistema conselhistas. No âmbito desse artigo, nos limitamos a registrar alguns dos traços principais de sua organização, sublinhando que todos merecem uma ampla discussão: 1) *a organização piramidal e a atividade horizontal*, que levanta o debate sobre o peso da estrutura hierárquica no sistema de conselhos, especialmente o das instâncias superiores sobre as instâncias inferiores já na divisão da atribuição de funções; 2) *a delegação de funções e a rotação no seu exercício*, incluindo o exame sobre as possibilidades da aplicação do mandato imperativo e da revogabilidade (escalas, fases, etc.); 3) *a descentralização territorial-administrativa*, enquanto princípio organizativo voltado para a superação da distância existente entre o conjunto dos trabalhadores e os organismos decisórios não diretamente controlados por eles⁵; e, 4) *a flexibilidade organizativa*, que levanta o debate sobre o funcionamento real dos conselhos, contribuindo para o entendimento de fenômenos como o do seu esvaziamento que pode levar à mudança de seu papel original.

Além dos conselhos, consideramos a forma partido como instância de representação ainda necessária no socialismo. Basicamente em razão da disputa pela hegemonia ao longo da transição (derivada tanto pela remanescência inicial de classes, camadas e frações vinculadas ao antigo modo de produção; como pela nova configuração do conjunto dos trabalhadores: trabalhadores manuais e intelectuais, da cidade e do campo, com todas as suas diferenciações internas – econômicas, sociais, culturais, etc.). Além de fenômenos como a emergência de corporativismo em camadas específicas dos trabalhadores. Isso representa a negação da possibilidade de uma “classe homogênea”, isenta de diferenciações sociais e de conflitos, que seria a base de uma ilusória “sociedade harmônica” ao longo da passagem do capitalismo para o comunismo⁶.

⁵ Décio Saes após afirmar que uma democracia participativa seria “viável sobretudo nos casos de comunidades pequenas [...]; ou no caso de sociedades simples e de reduzida envergadura populacional, como certas tribos indígenas”, assinalou que “é provável que ela também seja inviável em Estados socialistas, quando estes se erigem sobre a base territorial que lhes foi legada pelos Estados burgueses precedentes.” (SAES, 2006, p. 48). O que apontaria para a necessidade do novo Estado promover uma reconfiguração territorial-administrativa do Estado anterior, no sentido de garantir mais influência para as instâncias locais de poder.

⁶ Uma exposição mais desenvolvida sobre a democracia de conselhos é feita em nosso livro. *Conselhos e democracia* : em busca da participação e da socialização (2011).

Por fim, uma observação. Talvez pelo fato de que as experiências históricas do século XX desembocaram na vigência do sistema oficial de partido único, há relativamente pouco material na literatura marxista abordando de forma mais desenvolvida a configuração de pluralismo partidário socialista. De qualquer maneira, é possível pensar que o pluralismo partidário socialista se vincule com a própria configuração social da nova sociedade, pois permitiria uma melhor configuração na cena política da ampla e variada gama de interesses e conflitos presentes no seu interior. Ao fazer isso, ele criaria a possibilidade de que os conselhos tivessem melhores condições de enfrentar as suas tarefas com base na livre discussão pública dos diferentes programas existentes para a construção do socialismo, contribuindo para a elaboração das políticas a serem adotadas. Isso ajuda a entender a aspiração por um certo pluralismo partidário, mais ou menos desenvolvido, tanto na antiga URSS, como no Leste Europeu. Especialmente nas conjunturas de crise política como as da Hungria, Polônia e Checoslováquia dos anos 50 e 60 do século passado, quando o sistema de partido único e o seu monopólio sobre a representação política foi questionado, ao mesmo tempo em que se reivindicava a formação de conselhos livres da tutela do Estado.

REFERÊNCIAS

- ADLER, M. *Conselhos operários e Revolução*. Coimbra: Centelha, 1976.
- BALIBAR, E. Sur les concepts fondamentaux du matérialismo historique. In: _____. ; ALTHUSSER, L. *Lire le Capital II*. Paris: François Maspero, 1970. p. 79-89.
- _____. La rectification du Manifeste Comuniste. In: _____. *Cinq études du matérialisme historique*. Paris: François Maspero, 1974. p. 65-101.
- BETHELHEIM, C.; SWEEZY, P. *Sociedades de transição, luta de classes e ideologia proletária*. Porto: Portucalense Editora, 1971.
- _____. (1972). *Cálculo económico y formas de propiedad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1972.
- _____. *A luta de classes na União Soviética: 1917-1923*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- BUKHARIN, N. *Teoría económica del período de transición*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974.
- DUVERGER, M. *Os regimes políticos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

- ENGELS, F. *Herrn Eugen dührings Umwälzung der Wissenschaft: anti-dübring*. Berlin: Dietz Verlag, 1960.
- HIRSCH, J. *Materialistische staatstheorie: transformationsprozesse des kapitalistischen staatsystems*. Hamburg: VSA Verlag, 2005.
- KORSCH, K. *Auf dem Wege zur industriellen demokratie*. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1968.
- _____. *Schriften zur sozialisierung*. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1969.
- LENIN, V. I. Acerca del Infantilismo “Izquierdista” y del Espíritu Pequenoburgués. In: _____. *Obras Escogidas*. Moscú: Editorial Progreso, 1973. p. 60-72.
- _____. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MacPHERSON, C. B. *A democracia liberal: origens e evolução*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- MARTORANO, L. C. *A burocracia e os desafios da transição socialista*, São Paulo: Anita Garibaldi: Xamã, 2002.
- _____. *Conselhos e democracia: em busca da participação e da socialização*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARX, K. Die klassenkämpfe in frankreich 1848 bis 1850. In: _____. ; ENGELS, F. *Ausgewählte schriften I*. Berlin: Dietz Verlag, 1960. p. 109-221.
- _____. Der Bürgerkrieg in frankreich. In: _____. ; ENGELS, F. *Ausgewählte schriften I*. Berlin: Dietz Verlag, 1960.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Ausgewaehlte Werke*. Band 1. Berlin: Dietz Verlag, 1975.
- PANNEKOEK, Anton. *Los consejos obreros*. Bilbao: Editora Zero, 1977.
- PINHEIRO, M.; MARTORANO, L. C. *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- POULANTZAS, N. *Poder político y clases sociales en el estado capitalista*. 4. ed. México: Siglo XXI, 1972.
- SAES, D. O lugar do pluralismo político na democracia socialista. *Crítica Marxista*, São Paulo, Xamã, n. 6, p. 23-34, 1998.
- _____. Democracia representativa e democracia participativa. In: RODRIGUES, R. M.; DEITOS, R. A. (Org.) *Estado, desenvolvimento e políticas sociais*. Cascavel, PR : Editora Unioeste, 2006.
- STALIN, J. En torno a los problemas del leninismo. In: _____. *Cuestiones del leninismo*. Moscú : Ediciones de Lenguas Extranjeras, 1941.